

ORIENTAÇÃO TÉCNICA nº 02/2023

Abrangência:

Estado de Sergipe – Administração Direta e Indireta

Município de Aracaju - Administração Indireta

Previdências Municipais e Estadual

Consórcios Públicos Intermunicipais

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar e divulgar as regras relativas à divulgação de dados e informações nos portais de transparência, tendo como referência critérios do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) da ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

CONSIDERANDO a missão constitucional e competência técnica do TCE/SE voltada ao planejamento técnico operacional aliado à necessidade de orientar às unidades jurisdicionadas no tocante ao cumprimento aos princípios da publicidade (art. 37 da Constituição Federal) e da transparência pública, em particular às Leis Complementares 101/2000 – Responsabilidade Fiscal (LRF) e 131/2009 - Transparência e Lei nº 12.527/2011 – Acesso à Informação (LAI) e à disponibilidade de dados e informações nos portais da transparência regulamentada, no âmbito do TCE, através da Resolução TCE/SE nº 311/2018 e posteriores alterações, o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE, através da Diretoria Técnica e da Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços, vem se posicionar através da presente **Orientação Técnica para estabelecer procedimentos assim como divulgar as métricas** que servirão de base para as fiscalizações e avaliações dos **portais de transparência das unidades jurisdicionadas relativas à Administração Direta e Indireta do Estado de Sergipe, Administração Indireta do Município de Aracaju, Previdências Municipais e Estadual e Consórcios Públicos Intermunicipais:**

1. O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE fiscalizará os portais das unidades jurisdicionadas a qualquer tempo, sem aviso prévio, em virtude de que os dados e informações devem estar sempre disponíveis, atualizados e acessíveis para a população em geral.

2. A fiscalização e avaliação dos portais da transparência, no âmbito do TCE/SE, são de competência e responsabilidade técnica da Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços - DCEOS, através da Coordenadoria de Auditoria Operacional – CAOP, cujo atendimento para dúvidas é realizado através do e-mail transparencia@tce.se.gov.br.

3. A fiscalização dar-se-á mediante a análise de critérios pré-estabelecidos e consolidados nas métricas anexas (matrizes de fiscalização), que têm como referências os critérios das métricas do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) da ATRICON, nos termos da Resolução nº 01/2023 de 02/06/2023 daquela entidade, acrescidos de itens considerados relevantes pelo TCE/SE, de acordo com a natureza das unidades jurisdicionadas.

4. Os critérios deverão ser atendidos na íntegra, cujo pleno atendimento gera pontuação para a unidade jurisdicionada, mas o atendimento parcial ou o não atendimento não geram pontuação.

5. **No caso do Município de Aracaju**, capital do Estado, é obrigatória, desde 01/07/2019, a disponibilização de dados e informações nos portais da transparência das unidades da Administração Indireta, além do Instituto de Previdência do Município (**AJUPREV**), conforme Estrutura Administrativa disposta na Lei Municipal nº 119/2013, ou outra que venha a substituí-la: **EMURB, EMSURB, SMTT, FUNCAJU e FUNDAT**.

6. No âmbito do Estado, é obrigatória a disponibilização de dados e informações em portais de transparência individualizados, conforme Estrutura Organizacional Básica da Administração Pública Estadual – Poder Executivo disposta na Lei nº 9.156/2023 ou outra que venha a substituí-la:

- **Secretarias de Estado**, cujos critérios estão descritos na métrica conforme **Anexo I – Administração Direta**.

- **Agências, Autarquias, Fundações Públicas, Instituto de Previdência, Empresas Dependentes, Independentes, Fundações Públicas de Direito Privado** e outras unidades constantes da Administração Indireta do

Estado de Sergipe, cujos critérios estão descritos na métrica conforme **Anexo II - Administração Indireta**.

7. Obrigatoriedade do cumprimento por parte das empresas públicas e sociedades de economia mista (Administração Indireta – Dependente e Independente) dos requisitos de transparência exigidos na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

8. No caso de **Institutos, Fundos e unidades equivalentes de Previdência Municipais e Estadual**, é obrigatória a disponibilização de dados e informações em portais da transparência individualizados cujos critérios estão descritos na métrica conforme **Anexo II - Administração Indireta**.

9. No caso de **Consórcios Públicos Intermunicipais**, é obrigatória a disponibilização de dados e informações em portais da transparência individualizados cujos critérios estão descritos na métrica conforme **Anexo III – Consórcios Públicos**.

10. Notas Explicativas devem ser utilizadas para detalhar, explicar e esclarecer informações, evitando-se expressões genéricas do tipo “Sem Movimento”, que podem suscitar dúvidas nas consultas.

Exemplo 1: No caso de pagamento de diárias em que não sejam emitidas passagens aéreas, é preciso justificar, através de nota explicativa, como foi realizado o deslocamento do servidor beneficiário.

Exemplo 2: No caso de disponibilização de receitas das unidades da Administração Direta do Estado e Indireta do Estado/Município, é preciso esclarecer, através de nota explicativa e disponibilizar as informações relativas a todos os repasses do Executivo (Tesouro Municipal/Estadual) à Unidade Gestora, que refletem os ingressos de recursos.

Exemplo 3: Devem ser disponibilizadas informações pormenorizadas quanto às transferências voluntárias (convênios, termos, ajustes e/ou instrumentos congêneres) recebidos de outro órgão ou Poder ou órgão público

ou privada. Caso o órgão não tenha recebido nenhuma transferência voluntária no período, essa informação deve ser registrada de forma expressa: “não foram recebidas transferências voluntárias no período”, colocando a data da atualização do documento.

11. Considera-se que existe série histórica de informações quando os dados disponibilizados se referirem a, pelo menos, 3 (três) anos que antecedem ao da pesquisa/avaliação.

Exemplo: Exercício vigente: 2023

Série histórica: 2020, 2021 e 2022 – 3 anos que antecedem ao da pesquisa/avaliação.

12. Em outro documento - Orientação Técnica nº 01/2023 - são estabelecidos procedimentos e divulgada a cartilha e métricas do PNTP/ATRICON que servirão de base para as fiscalizações e avaliações dos portais de transparência de Prefeituras e Câmaras Municipais, Poderes Executivo (centralizado), Legislativo e Judiciário, além dos órgãos Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do Estado de Sergipe.

13. Será concedido prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Orientação Técnica, para implementação de melhorias e adequação dos portais de transparência das unidades jurisdicionadas em referência tendo em vista o estabelecimento dos novos critérios.

Aracaju, 01 de junho de 2023.

Flávio Conceição de Oliveira Neto
Presidente do TCE/SE

Ana Stella Barreto Rollemberg Porto
Diretora de Controle Externo de Obras e Serviços

Joseluci Ramos Prudente
Diretor Técnico

ANEXO I

**MATRIZ COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PORTAIS DE
TRANSPARÊNCIA DE UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
(Baseada na matriz aplicada pelo Programa Nacional de Transparência
Pública/Atricon)**

ANEXO I - MATRIZ COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA
(Baseada na matriz aplicada pelo Programa Nacional de Transparência Pública/Atricon)

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Identificação da entidade pública:	
Endereço do site oficial da entidade pública:	
Identificação do Poder ou Órgão Autônomo:	
Esfera da entidade pública:	
Unidade Federativa:	
Município:	
Data base da avaliação do Portal Transparência:	

CRITÉRIO		FUNDAMENTAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA		
			Índice da Transparência	%	Pontos
1.	INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS		2	2%	0,2
1.1	A entidade pública possui site oficial e portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Art. 48, §1º, II, da LC nº 101/00 e arts. 3º, III, 6º, I, e 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
1.2	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.	INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS		7	7%	0,7
2.1	Divulga a sua estrutura organizacional?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.2	Divulga competências e/ou atribuições?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei 13.460/2017	1	1%	0,1
2.3	Identifica o nome dos responsáveis pela gestão da Unidade Gestora?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei 13.460/2017	1	1%	0,1
2.4	Divulga o endereço, telefones da entidade, e-mails institucionais e horário de atendimento?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei 13.460/2017	1	1%	0,1
2.5	Divulga os atos normativos próprios (como, por exemplo, portarias, resoluções, instruções, etc)?	Art. 37 da CF (princípio da publicidade) e arts. 3º, II; 6, inciso I; 7º, incisos II, V e VI e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.6	Divulga as perguntas e respostas mais frequentes relacionadas às atividades desenvolvidas pela Unidade Gestora?	Art. 8º, § 1º, VI, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.7	Participa em redes sociais e apresenta, no seu site institucional, link de acesso ao seu perfil?	Arts. 3º, III, 6º, I, e 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
3.	RECEITA		11	11%	1,1
3.1	Divulga as receitas do Poder, Órgão ou Unidade Gestora, evidenciando sua previsão e realização?	Arts. 48, §1º, II e 48-A, inciso II, da LC nº 101/00 e art. 8º, II, do Decreto nº 10.540/20	3	3%	0,3
3.2	Classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie)	Art. 8º, II, "e", do Decreto nº 10.540/2020	3	3%	0,3
3.3	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
3.4	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
3.5	Existência de informações atualizadas (tempo real, ano atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI e Decreto nº 10.540/2020	2	2%	0,2
3.6	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
4.	DESPESA		12	12%	1,2
4.1	Divulga as despesas da entidade, detalhando sua execução (empenho, liquidação e pagamento) e identificando sua classificação orçamentária (unidade orçamentária, a função, a subfunção, categoria econômica, grupo, modalidade de aplicação, elemento de despesa e a fonte dos recursos)?	Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso III, da LAI; arts. 48, §1º, inciso II e 48-A, inciso I, da LC nº 101/20; art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.540/20	4	4%	0,4
4.2	Divulga informações pormenorizadas das despesas da entidade, detalhando o beneficiário do pagamento, o bem fornecido ou serviço prestado e o procedimento licitatório originário?	Art. 8º, I, "e", "g" e "h", do Decreto nº 10.540/2020	3	3%	0,3

4.3	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
4.4	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
4.5	Existência de informações atualizadas (tempo real, ano atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI e Decreto nº 10.540/2020	2	2%	0,2
4.6	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
5.	CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS		9	9%	0,9
5.1	Identifica as transferências recebidas (receitas) a partir da celebração de convênios/acordos com indicação, no mínimo, do valor total previsto dos recursos envolvidos, do valor recebido, do objeto, da origem (órgão repassador/concedente) e data do repasse?	Art. 8º, §1º, inciso II, da LAI	2	2%	0,2
5.2	Identifica as transferências realizadas (despesas) a partir da celebração de acordos/ajustes, com indicação, no mínimo, do beneficiário, do objeto, do valor total previsto para repasse, do valor concedido e a data do repasse?	Art. 8º, §1º, inciso II, da LAI e art. 8º, inciso I, "f" do Decreto nº 10.540/20	2	2%	0,2
5.3	Identifica os acordos firmados que não envolvam transferência de recursos financeiros, identificando as partes, o objeto e as obrigações ajustadas?	Art. 37, "caput" da CF e Art. 8º, § 1º, V, da LAI	1	1%	0,1
5.4	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
5.5	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
5.6	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
5.7	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
6.	RECURSOS HUMANOS		12	12%	1,2
6.1	Divulga a relação nominal dos servidores/autoridades/Membros, seus cargos/funções, as respectivas lotações, as suas datas de admissão/exoneração/inativação e a carga horária semanal do cargo/função ocupada/desempenhada?	Arts. 37, "caput" (princípios da publicidade e moralidade) e 39, § 6º, da CF; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI	2	2%	0,2
6.2	Identifica a remuneração nominal de cada servidor/autoridade/membro e a tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções?	Arts. 37, "caput" (princípios da publicidade e moralidade) e 39, § 6º, da CF; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI e Recurso Extraordinário com Agravo nº 652777 (STF - Leading Case - Tema 0483)	2	2%	0,2
6.3	Divulga a lista de seus estagiários com o nome completo dos estudantes que mantêm contrato de estágio?	Arts. 37, "caput" (princípios da publicidade e moralidade) e 39, § 6º, da CF; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.4	Publica lista dos terceirizados que prestam serviços para o Poder, Órgão ou unidade gestora, contendo, em relação a cada um deles: nome completo, função ou atividade exercida e nome da empresa empregadora?	Art. 3º, I-III, combinado com art. 6º, I, combinado com art. 7º, II e VI, combinado com art. 8º, caput e § 1º, III e § 2º da Lei 12.527/2011 (LAI);	1	1%	0,1
6.5	Divulga a íntegra dos editais de concursos e seleções públicas realizados pelo Poder ou órgão para provimento de cargos e empregos públicos?	Art. 3º, I-III, combinado com art. 6º, I, combinado com art. 7º, II e VI, combinado com art. 8º, caput e § 1º, IV (por analogia) e § 2º da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.6	Divulga informações sobre os demais atos dos concursos públicos e processos seletivos da instituição: vagas efetivamente preenchidas, lista de aprovados com as classificações, fila de espera/cadastro reserva e validade?	Art. 3º, I-III, combinado com art. 6º, I, combinado com art. 7º, II e VI, combinado com art. 8º, caput e § 1º, IV (por analogia) e § 2º da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.7	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
6.8	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1

6.9	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
6.10	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
7.	DIÁRIAS		6	6%	0,6
7.1	Divulga o nome e o cargo/função do beneficiário, além do número de diárias usufruídas por afastamento, período de afastamento, motivo do afastamento e local de destino?	Art. 48-A, I, da LC nº 101/00; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, 7º, incisos VI, e 8º da LAI, art. 37, "caput", da CF (princípio da publicidade) e art. 8º, inciso I, "e" do Decreto nº 10.540/20	1	1%	0,1
7.2	Divulga tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação própria ou do Ente?	Art. 48-A, I, da LC nº 101/00; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, 7º, incisos VI, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI, art. 37, "caput", da CF (princípio da publicidade) e art. 8º, inciso I, "e" do Decreto nº 10.540/20	1	1%	0,1
7.3	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
7.4	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
7.5	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
7.6	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
8.	LICITAÇÕES		15	15%	1,5
8.1	Divulga a relação das licitações em ordem sequencial, informando o número e modalidade licitatória, o objeto, valor estimado/homologado e a situação?	Arts. 7º, VI, e 8º, § 1º, IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	2	2%	0,2
8.2	Divulga a íntegra dos editais de licitação?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI c/c art. 25, §3º, da Lei 14.133/2021	2	2%	0,2
8.3	Divulga a íntegra dos demais documentos das fases interna e externa das licitações?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI c/c art. 25, §3º, da Lei 14.133/2022	2	2%	0,2
8.4	Divulga a íntegra dos principais documentos dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI e art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021	2	2%	0,2
8.5	Divulga a íntegra das Atas de Adesão - SRP?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI ; art. 11, III, do Decreto nº 7.892/2013 e art. 18, §4º, do Decreto nº 11.462/2023	1	1%	0,1
8.6	Divulga o plano de contratações anual (art. 12,VII, da Lei n. 14.133)?	Art. 12, §1º, da Lei 14.133/2021	1	1%	0,1
8.7	Divulga a relação dos licitantes e/ou contratados sancionados administrativamente pelo Poder/Órgão/Unidade Gestora)?	Art. 156 e 161 da Lei 14.133/2022	1	1%	0,1
8.8	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
8.9	Gravação de relatórios em diversos formatos (aplicável somente para os itens 8.1 e 8.7)	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
8.10	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
8.11	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
9.	CONTRATOS		10	10%	1
9.1	Divulga a relação dos contratos celebrados em ordem sequencial, com o seu respectivo resumo, contendo, no mínimo, indicação do contratado(a), do valor, do objeto e da vigência, bem como dos aditivos deles decorrentes?	Arts.7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	2	2%	0,2
9.2	Divulga o inteiro teor dos contratos e dos respectivos termos aditivos?	Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	2	2%	0,2
9.3	Divulga a relação/lista dos Fiscais dos contratos vigentes e encerrados?	Arts. 7º, 7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
9.4	Divulga a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem?	Art. 141, §3º, da Lei 14.133/2021	1	1%	0,1
9.5	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1

9.6	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
9.7	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
9.8	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
10.	PLANEJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS		6	6%	0,6
10.1	Publica a Prestação de Contas do Ano Anterior (Balanço Geral)?	Art. 48, "caput", da LC nº 101/00	2	2%	0,2
10.2	Divulga o Relatório de Gestão ou Atividades?	Art. 8º, §1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
10.3	Divulga o resultado da apreciação e/ou julgamento das contas pelo Tribunal de Contas?	Art. 48, "caput", da LRF	1	1%	0,1
10.4	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estejam atualizadas quando os demonstrativos contábeis se referirem ao último exercício exigível.)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
10.5	Existência de série histórica das informações (informações e relatórios dos últimos 3 exercícios encerrados devem estar disponíveis)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
11.	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC		7	7%	0,7
11.1	Indica a unidade/setor responsável pelo SIC?	Arts. 8º, §3º, VII e 9º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.2	Indica o endereço físico, o telefone e o e-mail da unidade responsável pelo SIC, além do horário de funcionamento?	Arts. 8º, §1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei nº 13.460/2017	1	1%	0,1
11.3	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Art. 10, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.4	A solicitação por meio de eSic é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	Art. 10, §1º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.5	Divulga nesta seção, instrumento normativo local que regulamente a Lei nº 12.527/2011 - LAI?	Art. 45 da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.6	Divulga, na seção relativa ao e-SIC, os prazos de resposta ao cidadão, incluindo o recursal, e as autoridades competentes para o exame dos pedidos, além do procedimento referente à realização do pedido e de eventual recurso?	Art. 7 da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.7	Divulga relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	Art. 30, inciso III, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
12.	ACESSIBILIDADE		1	1%	0,1
12.1	O site oficial e o portal de transparência contêm símbolo de acessibilidade em destaque, opção de alto contraste e ferramenta de redimensionamento de texto (aumento de fonte)?	Art. 8º, §3º, inciso VIII, da LAI; Art. 63, "caput" e § 1º, da Lei nº 13.146/15 e Art. 3º, inciso XIX, da Lei 14.129/2022	1	1%	0,1
13.	OUVIDORIA		2	2%	0,2
13.1	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria (Indicação de endereço físico, telefone, além do horário de funcionamento)?	Arts. 8º, §1º, I, e 9º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI c/c arts. 6º, VI, b, 7º, §2º, VI, e 10, §4º, da Lei nº 13.460/2017 c/c arts. 24, I, a, e 27, II, da Lei 14.129/2021	1	1%	0,1
13.2	Há canal eletrônico de acesso/interação com o Poder ou órgão (Ouvidoria e/ou Fale Conosco)?	Art. 10, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI c/c Art. 10, §4º, da Lei nº 13.460/2017 c/c Art. 27, IV, da Lei nº 14.129/2021	1	1%	0,1
TOTAL			100	100%	10
*Observação: No caso de critérios com mais de um item, somente será pontuado se todos os itens estiverem disponibilizados no portal da Transparência da unidade.					
Equipe de auditoria		Aline dos Santos Lima, Saulo Roberto Amorim Silva, Rosalvo José de Oliveira Neto e Vanessa Reis Seixas Resende			
Coordenador de Auditoria Operacional		Fernando Monteiro Marcelino			
Diretora de Controle Externo de Obras e Serviços		Ana Stella Barreto Rollemberg Porto			

ANEXO II

**MATRIZ COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA
DE UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
(Baseada na matriz aplicada pelo Programa Nacional de Transparência
Pública/Atricon)**

**ANEXO II - MATRIZ COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
(Baseada na matriz aplicada pelo Programa Nacional de Transparência Pública/Atricon)**

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Identificação da entidade pública:	
Endereço do site oficial da entidade pública:	
Identificação do Poder ou Órgão Autônomo:	
Esfera da entidade pública:	
Unidade Federativa:	
Município:	
Data base da avaliação do Portal Transparência:	

CRITÉRIO		FUNDAMENTAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA		
			Índice da Transparência	%	Pontos
1.	INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS		2	2%	0,2
1.1	A entidade pública possui sítio oficial e portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Art. 48, §1º, II, da LC nº 101/00 e arts. 3º, III, 6º, I, e 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
1.2	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.	INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS		9	9%	0,9
2.1	Divulga a sua estrutura organizacional?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.2	Divulga competências e/ou atribuições?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei 13.460/2017	1	1%	0,1
2.3	Identifica o nome dos responsáveis pela gestão da Entidade, com currículo resumido?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei 13.460/2017	1	1%	0,1
2.4	Divulga o endereço, telefones da entidade, e-mails institucionais e horário de atendimento?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei 13.460/2017	1	1%	0,1
2.5	Composição do capital social? (A depender da natureza jurídica da unidade da adm. Indireta, notas explicativas devem justificar a inexistência deste critério)	Art. 48, caput, da LC 101/00, Decreto Lei 200/1967	1	1%	0,1
2.6	Publica, de forma clara e nominal, a legislação interna como: Lei de Criação/Autorização, Estatuto/Regimento, Lei de Estrutura Administrativa, Carta Anual (inc. I,II, III, IV, VII e VIII art. 8º da Lei 13.303/2016 para empresas públicas e sociedades de mista)?	Art. 8º, §1º, I, Lei 12.527/11 c/c Art. 48, caput, §1º, II, da LC 101/00.	1	1%	0,1
2.7	Divulga os atos normativos próprios (como, por exemplo, portarias, resoluções, instruções, etc)?	Art. 37 da CF (princípio da publicidade) e arts. 3º, II; 6, inciso I; 7º, incisos II, V e VI e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.8	Divulga as perguntas e respostas mais frequentes relacionadas às atividades desenvolvidas pela Entidade?	Art. 8º, § 1º, VI, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.9	Participa em redes sociais e apresenta, no seu sítio institucional, link de acesso ao seu perfil?	Arts. 3º, III, 6º, I, e 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
3.	RECEITA		10	10%	1
3.1	Divulga as receitas da Entidade, evidenciando sua previsão e realização?	Arts. 48, §1º, II e 48-A, inciso II, da LC nº 101/00 e art. 8º, II, do Decreto nº 10.540/20	3	3%	0,3
3.2	Divulga a classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie), ou classificação da receita de acordo com sua natureza jurídica?	Art. 8º, II, "e", do Decreto nº 10.540/2020	3	3%	0,3
3.3	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
3.4	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
3.5	Existência de informações atualizadas (tempo real, ano atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI e Decreto nº 10.540/2020	1	1%	0,1
3.6	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
4.	DESPESA		11	11%	1,1

4.1	Divulga as despesas da entidade, detalhando sua execução (empenho, liquidação e pagamento) e identificando sua classificação orçamentária (unidade orçamentária, a função, a subfunção, categoria econômica, grupo, modalidade de aplicação, elemento de despesa e a fonte dos recursos)? Ou ainda classificação da despesa de acordo com sua natureza jurídica? Notas explicativas podem ser utilizadas para esclarecer informações de acordo com a naturezas jurídica da unidade.	Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso III, da LAI; arts. 48, §1º, inciso II e 48-A, inciso I, da LC nº 101/20; art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.540/20	4	4%	0,4
4.2	Divulga informações pormenorizadas das despesas da entidade, detalhando o beneficiário do pagamento, o bem fornecido ou serviço prestado e o procedimento licitatório originário?	Art. 8º, I, "e", "g" e "h", do Decreto nº 10.540/2020	3	3%	0,3
4.3	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
4.4	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
4.5	Existência de informações atualizadas (tempo real, ano atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI e Decreto nº 10.540/2020	1	1%	0,1
4.6	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
5.	CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS		9	9%	0,9
5.1	Identifica as transferências recebidas (receitas) a partir da celebração de convênios/acordos com indicação, no mínimo, do valor total previsto dos recursos envolvidos, do valor recebido, do objeto, da origem (órgão repassador/concedente) e data do repasse ?	Art. 8º, §1º, inciso II, da LAI	2	2%	0,2
5.2	Identifica as transferências realizadas (despesas) a partir da celebração de acordos/ajustes, com indicação, no mínimo, do beneficiário, do objeto, do valor total previsto para repasse, do valor concedido e a data do repasse?	Art. 8º, §1º, inciso II, da LAI e art. 8º, inciso I, "f" do Decreto nº 10.540/20	2	2%	0,2
5.3	Identifica os acordos firmados que não envolvam transferência de recursos financeiros, identificando as partes, o objeto e as obrigações ajustadas?	Art. 37, "caput" da CF e Art. 8º, § 1º, V, da LAI	1	1%	0,1
5.4	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
5.5	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
5.6	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
5.7	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
6.	RECURSOS HUMANOS		12	12%	1,2
6.1	Divulga a relação nominal dos servidores/funcionários/dirigentes, seus cargos/funções, as respectivas lotações, as suas datas de admissão/exoneração/inativação e a carga horária semanal do cargo/função ocupada/desempenhada?	Arts. 37, "caput" (princípios da publicidade e moralidade) e 39, § 6º, da CF; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI	2	2%	0,2
6.2	Identifica a remuneração nominal de cada servidor/funcionário/dirigente e a tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções?	Arts. 37, "caput" (princípios da publicidade e moralidade) e 39, § 6º, da CF; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI e Recurso Extraordinário com Agravo nº 652777 (STF - Leading Case - Tema 0483)	2	2%	0,2
6.3	Divulga a lista de seus estagiários com o nome completo dos estudantes que mantêm contrato de estágio?	Arts. 37, "caput" (princípios da publicidade e moralidade) e 39, § 6º, da CF; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.4	Publica lista dos terceirizados que prestam serviços para a Entidade, contendo, em relação a cada um deles: nome completo, função ou atividade exercida e nome da empresa empregadora?	Art. 3º, I-III, combinado com art. 6º, I, combinado com art. 7º, II e VI, combinado com art. 8º, caput e § 1º, III e § 2º da Lei 12.527/2011 (LAI);	1	1%	0,1
6.5	Divulga a íntegra dos editais de concursos e seleções públicas realizados pela Entidade para provimento de cargos?	Art. 3º, I-III, combinado com art. 6º, I, combinado com art. 7º, II e VI, combinado com art. 8º, caput e § 1º, IV (por analogia) e § 2º da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1

6.6	Divulga informações sobre os demais atos dos concursos públicos e processos seletivos da Entidade: vagas efetivamente preenchidas, lista de aprovados com as classificações, fila de espera/cadastro reserva e validade?	Art. 3º, I-III, combinado com art. 6º, I, combinado com art. 7º, II e VI, combinado com art. 8º, caput e § 1º, IV (por analogia) e § 2º da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.7	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
6.8	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
6.9	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
6.10	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
7.	DIÁRIAS		6	6%	0,6
7.1	Divulga o nome e o cargo/função do beneficiário, além do número de diárias usufruídas por afastamento, período de afastamento, motivo do afastamento e local de destino?	Art. 48-A, I, da LC nº 101/00; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, 7º, incisos VI, e 8º da LAI, art. 37, "caput", da CF (princípio da publicidade) e art. 8º, inciso I, "e" do Decreto nº 10.540/20	1	1%	0,1
7.2	Divulga tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação própria ou do Ente?	Art. 48-A, I, da LC nº 101/00; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, 7º, incisos VI, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI, art. 37, "caput", da CF (princípio da publicidade) e art. 8º, inciso I, "e" do Decreto nº 10.540/20	1	1%	0,1
7.3	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
7.4	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
7.5	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
7.6	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
8.	LICITAÇÕES		15	15%	1,5
8.1	Divulga a relação das licitações em ordem sequencial, informando o número e modalidade licitatória, o objeto, valor estimado/homologado e a situação?	Arts. 7º, VI, e 8º, § 1º, IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI, Arts. 6º, 8º, 28º, 29º, 30º e 39º da Lei 13.303/2016	2	2%	0,2
8.2	Divulga a íntegra dos editais de licitação?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI c/c art. 25, §3º, da Lei 14.133/2021, Arts. 6º, 8º, 28º, 29º, 30º e 39º da Lei 13.303/2016	2	2%	0,2
8.3	Divulga a íntegra dos demais documentos das fases interna e externa das licitações?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI c/c art. 25, §3º, da Lei 14.133/2021, Arts. 6º, 8º, 28º, 29º, 30º e 39º da Lei 13.303/2016	2	2%	0,2
8.4	Divulga a íntegra dos principais documentos dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI e art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, Arts. 6º, 8º, 28º, 29º, 30º e 39º da Lei 13.303/2016	2	2%	0,2
8.5	Divulga a íntegra das Atas de Adesão - SRP?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI ; art. 11, III, do Decreto nº 7.892/2013 e art. 18, §4º, do Decreto nº 11.462/2023, Arts. 6º, 8º, 28º, 29º, 30º e 39º da Lei 13.303/2016	1	1%	0,1
8.6	Divulga o plano de contratações anual (art. 12,VII, da Lei n. 14.133)?	Art. 12, §1º, da Lei 14.133/2021, art. 8º, IV da Lei 13.303/2016	1	1%	0,1
8.7	Divulga a relação dos licitantes e/ou contratados sancionados administrativamente pelo Poder/Órgão/Unidade Gestora)?	Art. 156 e 161 da Lei 14.133/2022, Arts. 6º, 8º, 28º, 29º, 30º e 39º da Lei 13.303/2016	1	1%	0,1
8.8	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
8.9	Gravação de relatórios em diversos formatos (aplicável somente aos itens 8.1 e 8.7)	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1

8.10	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
8.11	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
9.	CONTRATOS		10	10%	1
9.1	Divulga a relação dos contratos celebrados em ordem sequencial, com o seu respectivo resumo, contendo, no mínimo, indicação do contratado(a), do valor, do objeto e da vigência, bem como dos aditivos deles decorrentes?	Arts.7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI. Lei 13.303/2016	2	2%	0,2
9.2	Divulga o inteiro teor dos contratos e dos respectivos termos aditivos?	Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI, Lei 13.303/2016	2	2%	0,2
9.3	Divulga a relação/lista dos Fiscais dos contratos vigentes e encerrados?	Arts. 7º, 7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI, Lei 13.303/2016	1	1%	0,1
9.4	Divulga a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem?	Art. 141, §3º, da Lei 14.133/2021, Lei 13.303/2016	1	1%	0,1
9.5	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, inciso I, da LAI	1	1%	0,1
9.6	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, inciso II, da LAI	1	1%	0,1
9.7	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
9.8	Existência de série histórica das informações (3 exercícios imediatamente anteriores ao exercício atual)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
10.	PLANEJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS		6	6%	0,6
10.1	Publica a Prestação de Contas do Ano Anterior (Balanço Geral)?	Art. 48, "caput", da LC nº 101/00	1	1%	0,1
10.2	Balancetes Mensais?	Art. 48, "caput", da LC nº 101/01	1	1%	0,1
10.3	Divulga o Relatório de Gestão ou Atividades?	Art. 8º, §1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
10.4	Divulga o resultado da apreciação e/ou julgamento das contas pelo Tribunal de Contas?	Art. 48, "caput", da LRF	1	1%	0,1
10.6	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estejam atualizadas quando os demonstrativos contábeis se referirem ao último exercício exigível.)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI	1	1%	0,1
10.7	Existência de série histórica das informações (informações e relatórios dos últimos 3 exercícios encerrados devem estar disponíveis)	Art. 7º, II e VI e art. 8º, "caput" da LAI	1	1%	0,1
11.	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC		7	7%	0,7
11.1	Indica a unidade/setor responsável pelo SIC?	Arts. 8º, §3º, VII e 9º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.2	Indica o endereço físico, o telefone e o e-mail da unidade responsável pelo SIC, além do horário de funcionamento?	Arts. 8º, §1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei nº 13.460/2017	1	1%	0,1
11.3	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Art. 10, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.4	A solicitação por meio de eSic é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	Art. 10, §1º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.5	Divulga nesta seção, instrumento normativo próprio que regulamente a Lei nº 12.527/2011 - LAI?	Art. 45 da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.6	Divulga, na seção relativa ao e-SIC, os prazos de resposta ao cidadão, incluindo o recursal, e as autoridades competentes para o exame dos pedidos, além do procedimento referente à realização do pedido e de eventual recurso?	Art. 7 da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.7	Divulga relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	Art. 30, inciso III, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1

12.	ACESSIBILIDADE		1	1%	0,1
12.1	O site oficial e o portal de transparência contêm símbolo de acessibilidade em destaque, opção de alto contraste e ferramenta de redimensionamento de texto (aumento de fonte)?	Art. 8º, §3º, inciso VIII, da LAI; Art. 63, "caput" e § 1º, da Lei nº 13.146/15 e Art. 3º, inciso XIX, da Lei 14.129/2022	1	1%	0,1
13.	OUVIDORIA		2	2%	0,2
13.1	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria (Indicação de endereço físico, telefone, além do horário de funcionamento)?	Arts. 8º, §1º, I, e 9º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI c/c arts. 6º, VI, b, 7º, §2º, VI, e 10, §4º, da Lei nº 13.460/2017 c/c arts. 24, I, a, e 27, II, da Lei 14.129/2021	1	1%	0,1
13.2	Há canal eletrônico de acesso/interação com o Poder ou órgão (Ouvidoria e/ou Fale Conosco)?	Art. 10, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI c/c Art. 10, §4º, da Lei nº 13.460/2017 c/c Art. 27, IV, da Lei nº 14.129/2021	1	1%	0,1
TOTAL			100	100%	10
*Observação: No caso de critérios com mais de um item, somente será pontuado se todos os itens estiverem disponibilizados no portal da Transparência da unidade.					
Equipe de auditoria		Aline dos Santos Lima, Saulo Roberto Amorim Silva, Rosalvo José de Oliveira Neto e Vanessa Reis Seixas Resende			
Coordenador de Auditoria Operacional		Fernando Monteiro Marcelino			
Diretora de Controle Externo de Obras e Serviços		Ana Stella Barreto Rollemberg Porto			

ANEXO III

**MATRIZ COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA
DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS**
(Baseada na matriz aplicada pelo Programa Nacional de Transparência
Pública/Atricon)

ANEXO III - MATRIZ COM OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS (Baseada na matriz aplicada pelo Programa Nacional de Transparência Pública/Atricon)

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Identificação do Consórcio Público:	
Endereço do site oficial do Consórcio Público:	
Unidade Federativa:	
Data base da avaliação do Portal Transparência:	

CRITÉRIO		FUNDAMENTAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA		
			Índice da Transparência	%	Pontos
1.	INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS		2	2%	0,2
1.1	O Consórcio Público possui site oficial e portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Art. 48, §1º, II, da LC nº 101/00 e arts. 3º, III, 6º, I, e 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
1.2	O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Art. 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.	INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS		6	6%	0,6
2.1	Divulga a sua estrutura organizacional?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.2	Divulga competências e/ou atribuições?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei 13.460/2017	1	1%	0,1
2.3	Identifica o nome dos responsáveis pela gestão do Consórcio Público?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei 13.460/2017	1	1%	0,1
2.4	Divulga o endereço, telefones da entidade, e-mails institucionais e horário de atendimento?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei 13.460/2017	1	1%	0,1
2.5	Divulga os atos normativos próprios (como, por exemplo, portarias, resoluções, instruções, etc)?	Art. 37 da CF (princípio da publicidade) e arts. 3º, II; 6º, inciso I; 7º, incisos II, V e VI e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
2.6	Divulga as perguntas e respostas mais frequentes relacionadas às atividades desenvolvidas pelo Consórcio Público?	Art. 8º, § 1º, VI, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
3.	RECEITA		10	10%	1
3.1	Divulga as receitas do Consórcio Público, evidenciando sua previsão e realização?	Arts. 48, §1º, II e 48-A, inciso II, da LC nº 101/00; art. 8º, II, do Decreto nº 10.540/20 e art. 9º, da Lei nº 11.107/2005; arts. 8º, 9º, 10º e 15º da Portaria STN nº 274/2016	3	3%	0,3
3.2	Divulga a classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie, desdobramento)?	Art. 8º, II, "e", do Decreto nº 10.540/2020 e art. 9º, da Lei nº 11.107/2005; arts. 8º e 15º da Portaria STN nº 274/2016	3	3%	0,3
3.3	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
3.4	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
3.5	Existência de informações atualizadas (tempo real, ano atual)	Art. 8º, §3º, inciso VI, da LAI e Decreto nº 10.540/2020	2	2%	0,2
4.	DESPESA		10	10%	1
4.1	Divulga as despesas do Consórcio Público, detalhando sua execução (empenho, liquidação e pagamento) e identificando sua classificação orçamentária (unidade orçamentária, a função, a subfunção, categoria econômica, grupo, modalidade de aplicação, elemento de despesa e a fonte dos recursos)?	Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso III, da LAI; arts. 48, §1º, inciso II e 48-A, inciso I, da LC nº 101/20; art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.540/20 e art. 9º, da Lei nº 11.107/2005; arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10º da Portaria STN nº 274/2016	3	3%	0,3
4.2	Divulga informações pormenorizadas das despesas da entidade, detalhando o beneficiário do pagamento, o bem fornecido ou serviço prestado e o procedimento licitatório originário?	Art. 8º, I, "e", "g" e "h", do Decreto nº 10.540/2020 e art. 9º, da Lei nº 11.107/2005; arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10º e 15º da Portaria STN nº 274/2016	3	3%	0,3
4.3	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1

4.4	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
4.5	Existência de informações atualizadas (tempo real, ano atual)	Art. 8º, §3º, VI, da Lei 12.527/2011 - LAI	2	2%	0,2
5.	CONVÊNIOS E TRANSFERÊNCIAS		8	8%	0,8
5.1	Identifica as transferências recebidas (receitas) a partir da celebração de convênios/acordos com indicação, no mínimo, do valor total previsto dos recursos envolvidos, do valor recebido, do objeto, da origem (órgão repassador/concedente) e data do repasse?	Art. 8º, §1º, inciso II, da LAI, art. 9º, 10º e 15º da Portaria STN nº 274/2016	2	2%	0,2
5.2	Identifica as transferências realizadas (despesas) a partir da celebração de acordos/ajustes, com indicação, no mínimo, do beneficiário, do objeto, do valor total previsto para repasse, do valor concedido e a data do repasse?	Art. 8º, §1º, inciso II, da LAI e art. 8º, inciso I, "f" do Decreto nº 10.540/20, Parágrafo único do art. 9º e 15º da Portaria STN nº 274/2016	2	2%	0,2
5.3	Identifica os acordos firmados que não envolvam transferência de recursos financeiros, identificando as partes, o objeto e as obrigações ajustadas?	Art. 37, "caput" da CF e Art. 8º, § 1º, V, da LAI	1	1%	0,1
5.4	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
5.5	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
5.6	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, VI, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.	RECURSOS HUMANOS		9	9%	0,9
6.1	Divulga a relação nominal dos colaboradores/servidores, seus cargos/funções, as respectivas lotações, as suas datas de admissão/exoneração/inativação e a carga horária semanal do cargo/função ocupada/desempenhada?	Arts. 37, "caput" (princípios da publicidade e moralidade) e 39, § 6º, da CF; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI	2	2%	0,2
6.2	Identifica a remuneração nominal de cada colaborador/servidor e a tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções?	Arts. 37, "caput" (princípios da publicidade e moralidade) e 39, § 6º, da CF; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI e Recurso Extraordinário com Agravo nº 652777 (STF - Leading Case - Tema 0483)	2	2%	0,2
6.3	Divulga a íntegra dos editais de concursos e seleções públicas realizados pelo Consórcio Público para provimento dos cargos?	Art. 3º, I-III, combinado com art. 6º, I, combinado com art. 7º, II e VI, combinado com art. 8º, caput e § 1º, IV (por analogia) e § 2º da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.4	Divulga informações sobre os demais atos dos concursos públicos e processos seletivos da instituição: vagas efetivamente preenchidas, lista de aprovados com as classificações, fila de espera/cadastro reserva e validade?	Art. 3º, I-III, combinado com art. 6º, I, combinado com art. 7º, II e VI, combinado com art. 8º, caput e § 1º, IV (por analogia) e § 2º da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.5	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.6	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
6.7	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, VI, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
7.	DIÁRIAS		5	5%	0,5
7.1	Divulga o nome e o cargo/função do beneficiário, além do número de diárias usufruídas por afastamento, período de afastamento, motivo do afastamento e local de destino?	Art. 48-A, I, da LC nº 101/00; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, 7º, inciso VI, e 8º da LAI, art. 37, "caput", da CF (princípio da publicidade) e art. 8º, inciso I, "e", do Decreto nº 10.540/20	1	1%	0,1
7.2	Divulga tabela ou relação que explicate os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme normativo próprio?	Art. 48-A, I, da LC nº 101/00; arts. 3º, incisos I, II, III, IV e V, 7º, inciso VI, e 8º da Lei nº 12.527/2011 - LAI, art. 37, "caput", da CF (princípio da publicidade) e art. 8º, inciso I, "e", do Decreto nº 10.540/20	1	1%	0,1
7.3	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
7.4	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1

7.5	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, VI, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
8.	LICITAÇÕES		15	15%	1,5
8.1	Divulga a relação das licitações em ordem sequencial, informando o número e modalidade licitatória, o objeto, valor estimado/homologado e a situação?	Arts. 7º, VI, e 8º, § 1º, IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI; art. 7º, §1º, do Decreto Federal nº 6.017/2007	2	2%	0,2
8.2	Divulga a íntegra dos editais de licitação?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI c/c art. 25, §3º, da Lei 14.133/2021; art. 7º, §1º, do Decreto Federal nº 6.017/2007	2	2%	0,2
8.3	Divulga a íntegra dos demais documentos das fases interna e externa das licitações?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI c/c art. 25, §3º, da Lei 14.133/2022; art. 7º, §1º, do Decreto Federal nº 6.017/2007	2	2%	0,2
8.4	Divulga a íntegra dos principais documentos dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI e art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021; art. 7º, §1º, do Decreto Federal nº 6.017/2007	2	2%	0,2
8.5	Divulga a íntegra das Atas de Adesão - SRP?	Arts. 7º, VI, e 8º, §1º, IV, da LAI ; art. 11, III, do Decreto nº 7.892/2013 e art. 18, §4º, do Decreto nº 11.462/2023; art. 7º, §1º, do Decreto Federal nº 6.017/2007	1	1%	0,1
8.6	Divulga o plano de contratações anual (art. 12,VII, da Lei n. 14.133)?	Art. 12, §1º, da Lei nº 14.133/2021	1	1%	0,1
8.7	Divulga a relação dos licitantes e/ou contratados sancionados administrativamente pelo Consórcio Público?	Art. 156 e 161 da Lei nº 14.133/2022	1	1%	0,1
8.8	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
8.9	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
8.10	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, VI, da Lei 12.527/2011 - LAI	2	2%	0,2
9.	CONTRATOS		9	9%	0,9
9.1	Divulga a relação dos contratos celebrados em ordem sequencial, com o seu respectivo resumo, contendo, no mínimo, indicação do contratado(a), do valor, do objeto e da vigência, bem como dos aditivos deles decorrentes?	Arts.7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI; art. 7º, §1º, do Decreto Federal nº 6.017/2007	2	2%	0,2
9.2	Divulga o inteiro teor dos contratos e dos respectivos termos aditivos?	Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI; art. 7º, §1º, do Decreto Federal nº 6.017/2007	2	2%	0,2
9.3	Divulga a relação/lista dos Fiscais dos contratos vigentes e encerrados?	Arts. 7º, VI e 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011 - LAI; art. 7º, §1º, do Decreto Federal nº 6.017/2007	1	1%	0,1
9.4	Divulga a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem?	Art. 141, §3º, da Lei nº 14.133/2021	1	1%	0,1
9.5	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
9.6	Gravação de relatórios em diversos formatos	Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
9.7	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estão atualizadas quando as mais recentes datarem, no máximo, há 30 dias do dia em que está sendo realizada a consulta, contempla o exercício atual)	Art. 8º, §3º, VI, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
10.	PLANEJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS		8	8%	0,8
10.1	Publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF): a) Demonstrativo da Despesa com Pessoal b) Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa c) Demonstrativo dos Restos a Pagar	Art. 48, caput, da LC nº 101/00; art. 14, IV, "a" e 15º da Portaria STN nº 274/2016	1	1%	0,1
10.2	Publica o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - (RREO): a) Balanço Orçamentário b) Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção	Art. 48, caput, da LC nº 101/00; art. 14, IV, "b" e 15º da Portaria STN nº 274/2016	1	1%	0,1
10.3	Publica a Prestação de Contas do Ano Anterior (Balanço Geral)?	Art. 48, caput, da LC nº 101/00	1	1%	0,1
10.4	Divulga o Relatório de Gestão ou Atividades?	Art. 8º, §1º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
10.5	Publica o Orçamento Anual do Consórcio Público?	Art. 48, caput, §1º, II, da LC 101/00 c/c art. 9º da Lei 11.107/2005 c/c arts 2º, II, 6º e 14, I e 15º da Portaria STN nº 274/2016	1	1%	0,1

10.6	Divulga o resultado da apreciação e/ou julgamento das contas pelo Tribunal de Contas?	Art. 48, caput, da LRF	1	1%	0,1
10.7	Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Art. 8º, §3º, I, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
10.8	Existência de informações atualizadas (Neste critério, considera-se que as informações estejam atualizadas quando os demonstrativos contábeis se referirem ao último exercício exigível e Orçamento publicado seja do exercício vigente)	Art. 8º, §3º, VI, da Lei 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC		5	5%	0,5
11.1	Indica a unidade/setor responsável pelo SIC?	Arts. 8º, §3º, VII e 9º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.2	Indica o endereço físico, o telefone e o e-mail da unidade responsável pelo SIC, além do horário de funcionamento?	Arts. 8º, §1º, I, da Lei nº 12.527/2011 - LAI e art. 6º, VI, b, da Lei nº 13.460/2017	1	1%	0,1
11.3	Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Art. 10, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.4	A solicitação por meio de e-Sic é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioria?	Art. 10, §1º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
11.5	Divulga nesta seção, instrumento normativo próprio que regulamente a Lei nº 12.527/2011 - LAI?	Art. 45 da Lei nº 12.527/2011 - LAI	1	1%	0,1
12.	ACESSIBILIDADE		1	1%	0,1
12.1	O site oficial e o portal de transparência contêm símbolo de acessibilidade em destaque, opção de alto contraste e ferramenta de redimensionamento de texto (aumento de fonte)?	Art. 8º, §3º, inciso VIII, da LAI; art. 63, "caput" e § 1º, da Lei nº 13.146/15 e art. 3º, inciso XIX, da Lei 14.129/2022	1	1%	0,1
13.	OUVIDORIA		2	2%	0,2
13.1	Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria (Indicação de endereço físico, telefone e e-mail da unidade responsável, além do horário de funcionamento)?	Arts. 8º, §1º, I, e 9º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI c/c arts. 6º, VI, b, 7º, §2º, VI, e 10, §4º, da Lei nº 13.460/2017 c/c arts. 24, I, a, e 27, II, da Lei 14.129/2021	1	1%	0,1
13.2	Há canal eletrônico de acesso/interação com o Poder ou órgão (Ouvidoria e/ou Fale Conosco)?	Art. 10, §2º, da Lei nº 12.527/2011 - LAI c/c Art. 10, §4º, da Lei nº 13.460/2017 c/c Art. 27, IV, da Lei nº 14.129/2021	1	1%	0,1
14.	INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		10	10%	1
14.1	Publica, de forma clara e nominal, a legislação interna como: Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público?	Arts. 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.107/2005 c/c arts. 2º, III, 4º, 5º, 6º do Decreto Federal nº 6.017/2007	2	2%	0,2
14.2	Publica, de forma clara e nominal, o Estatuto do Consórcio Público?	Art. 7º da Lei nº 11.107/2005 c/c art. 8º do Decreto Federal nº 6.017/2007	2	2%	0,2
14.3	Publica, de forma clara e nominal, Contratos de Programas e Contratos de Rateio?	Arts. 8º e 13 da Lei nº 11.107/2005 c/c arts. 2º, VII, XVI, 13 e 30 do Decreto Federal nº 6.017/2007	2	2%	0,2
14.4	Composição dos Conselhos de Administração e Fiscal (ou equivalentes)?	Art. 8º, § 1º, I, da Lei 12.527/2011	1	1%	0,1
14.5	Relação mensal de beneficiários e valores dos jetons dos Conselhos de Administração e Fiscal (ou equivalentes).	Arts. 7º, VI e 8º, §1º, III, da 12.527/2011 c/c art. 9º Lei 11.107/2005 c/c arts. 48, §1º, II e 48-A, I, da LC nº 101/00; art. 8º, I, do Decreto nº 10.540/2020	1	1%	0,1
14.6	Publica, em ordem cronológica, as atas da Assembleia Geral do Consórcio Público?	Art. 4º, VI e VII, da Lei 11.107/2005	2	2%	0,2
TOTAL			100	100%	10
*Observação: No caso de critérios com mais de um item, somente será pontuado se todos os itens estiverem disponibilizados no portal da Transparência da unidade.					
Equipe de auditoria		Aline dos Santos Lima, Saulo Roberto Amorim Silva, Rosalvo José de Oliveira Neto e Vanessa Reis Seixas Resende			
Coordenador de Auditoria Operacional		Fernando Monteiro Marcelino			
Diretora de Controle Externo de Obras e Serviços		Ana Stella Barreto Rollemberg Porto			

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE -FLAVIO CONCEICAO DE OLIVEIRA NETO:36702790759 - 26/10/2023 12:25:24
Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE -ANA STELLA BARRETO ROLLEMBERG PORTO:66274397515 - 26/10/2023 12:01:59
Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE -JOSELUCI RAMOS PRUDENTE:03433730504 - 26/10/2023 10:07:03